

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 2021/2021****ARP nº 06/2021****PROCESSO nº. 0001161-51.2021.6.22.8000 - SEI****PREGÃO ELETRÔNICO nº. 09/2021**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **NICKVALLE COMERCIO DE PAPEIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **22.366.329/0001-03**, com sede a Rua Jordânia, nº. 942, SO 28. Cajuru. Curitiba-PR. CEP 82.960-010. Telefone(s): (41) 3653.6650 e E-mail(s): [nickvaled@gmail.com](mailto:nickvaled@gmail.com), neste ato representada pelo **ANDERSON CRISTIANO GOLART**, brasileiro, portador do RG nº. **12.639.456.0/SSP-PR**, e CPF nº. **086.792.219.29**, doravante denominada simplesmente ADJUDICATÁRIA.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	<b>Item 25 do Edital.</b> Papel higiênico, material: 100% fibras celulósicas, comprimento: 300 m, largura: 10. Marca: NC Papéis	Pact c/08 Unid	500	48,52	24.260,00
02	<b>Item 26 do Edital.</b> Papel higiênico, material: celulose virgem, comprimento: 30 m, largura: 10 cm, tipo: picotado,	Pact c/04 Unid	4000	4,50	18.000,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	quantidade folhas: dupla, cor: branca. Marca: Delicate.				
03	<b>Item 27 do Edital.</b> Toalha de papel, material: papel, tipo folha: 2 dobras, comprimento: 23 cm, largura: 21 cm, cor: branca, características adicionais: interfolhada, acondicionado em pacote de 1.000 fol. Marca: NC Papéis.	Pact c/ 1000 fl	2000	11,50	23.000,00
Valor total da ARP, R\$					

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859. O fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000. a.2) O horário normal de recebimento dos materiais é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 14h às 18h.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.9. No anexo I deste instrumento consta(m) a(s) empresa(s) componente(s) do cadastro reserva para item(ns) desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 20 de agosto de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	

**ANEXO I**

**ARP nº 06/2021**

**PROCESSO nº. 0001161-51.2021.6.22.8000 - SEI**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº. 09/2021**

**FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<i>Item da ARP</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME</i>
01	<b>Item 26 do Edital.</b> Papel higiênico, material: celulose virgem, comprimento: 30 m, largura: 10 cm, tipo: picotado, quantidade folhas: dupla, cor: branca. Marca: Delicate.	JVG PROJETOS E CONSTRUCOES EIRELI CNPJ: 10.417.235/0001- 37
		MASTER CONSTRUCOES E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS. CNPJ: 13.190.457/0001- 58
02	<b>Item 27 do Edital.</b> Toalha de papel, material: papel, tipo folha: 2 dobras, comprimento: 23 cm, largura: 21 cm, cor: branca, características adicionais: interfolhada, acondicionado em pacote de 1.000 fol. Marca: NC Papéis.	JVG PROJETOS E CONSTRUCOES EIRELI CNPJ: 10.417.235/0001- 37
		MASTER CONSTRUCOES E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS. CNPJ: 13.190.457/0001- 58



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/08/2021, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON CRISTIANO GOLART, Usuário Externo**, em 23/08/2021, às 07:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 24/08/2021, às 10:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 24/08/2021, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0728623** e o código CRC **3E908B16**.

0001161-51.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001161-51.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (SEALM)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 09/2021 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual aquisição de material de consumo – Higiene, Limpeza e produtos químicos.

**PARECER JURÍDICO Nº 110 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

## **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de higiene, limpeza e produtos químicos**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado - SEALM deste TRE/RO, nos exercícios de 2021 e 2022 ([0672041](#)).

**02.** Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0708910](#)), a qual logrou



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 78/2021 - PRES/DG/AJDG ([0710231](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2021 ([0711000](#)).

**03.** Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0711956](#).

**04.** Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0716807](#));

b) Propostas das licitantes (Nova Química C. E Produtos de Limpeza - [0716969](#); ECOLIM EIRLLI - [0716970](#); LICERE Comércio de P. em Geral - [0716971](#); BIDDEN Comercial Ltda. - [0716973](#); M. N. Andrade Filho Ltda. - [0716975](#); STOP LAB Distribuidora - [0716978](#); Richard Lucino de Quadros L E Cobrança - [0716982](#), MULTISUL – [0716984](#) e, NickValle item 27 - [0718529](#));

c) manifestações da unidade técnica - SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0716985](#), [0717025](#) e [0717183](#); [0717302](#) e [0717306](#); [0717439](#) e [0717451](#); [0717467](#); [0717558](#), [0717608](#) e [0717619](#); [0717862](#), [0717911](#), [0717923](#), [0717928](#) e [0718053](#); [0718145](#) e [0718158](#); [0718386](#); [0718530](#); [0718677](#); [0719871](#);

d) Documentos complementares ([0717046](#), [0717049](#), [0717053](#), [0717064](#), [0717182](#) e [0717294](#); [0717411](#), [0717428](#), [0717434](#) e [0717438](#); [0717460](#); [0717499](#), [0717545](#), [0717549](#) e [0717556](#); [0717636](#), [0717637](#), [0717638](#), [0717682](#), [0717684](#) e [0717734](#); [0717919](#), [0718081](#) e [0718088](#); [0718215](#); [0718566](#), [0718592](#), [0718615](#), [0718641](#), [0718645](#), [0718667](#), [0718672](#) e, [0718676](#); [0719854](#)) e,

e) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0721780](#), [0721782](#), [0721785](#), [0721787](#), [0721789](#), [0721791](#), [0721792](#) e [0721793](#)).

**06.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0721967](#)), o Resultado por Fornecedor ([0721970](#)), o Termo de Adjudicação ([0721971](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0722949](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Por fim, em seu Relatório nº 20/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0722952](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

**08.** Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0722957](#)). **É o breve e necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021**

**09.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0711956](#)).

**10.** Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**11.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:**

Não houve;

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0716807](#)) e na ata do certame ([0721967](#)). Não houve recusa de lances;

**d) Fase de negociação/aceitação:** Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 20/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0722952](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

**e) Cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 1, 3, 6, 7, 14, 20, 29, 31, 33, 34, 39 e 40, restaram fracassados;

**f) Item deserto:** Não houve;

**g) Fase de Habilitação:** As empresas ([0721791](#)) MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ 12.811.487/0001-71 - itens 8, 12, 15, 16, 18, 23 e 37, valor total R\$ 30.308,80 ([0721791](#)); ECOLIM EIRELI, CNPJ 17.221.558/0001-08 itens 2, 9, 28, 30, 32, 35, 36, 38, 41 e 42, valor total R\$ 75.450,40 ([0721785](#)); STOP LAB DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 21.352.262/0001-95 - item 4, valor total R\$ 5.000,00 ([0721793](#)); NICKVALLE COMERCIO DE PAPEIS EIRELI, CNPJ 22.366.329/0001-03 - itens 25, 26 e 27, valor total R\$ 65.260,00([0721792](#)); LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA, CNPJ 26.950.671/0001-07 - itens 13, 43 e 44, valor total R\$ 21.185,60 ([0721787](#)); BIDDEN COMERCIAL LTDA, CNPJ 36.181.473/0001-80 - itens 10 e 19, valor total R\$ 7.410,40 ([0721780](#)); M N ANDRADE FILHO LTDA, CNPJ 37.297.457/0001-10 - itens 5, 11, 21 e 22, valor total R\$ 61.908,40 ([0721789](#)) e, DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 40.223.106/0001-79 - itens 17 e 24, valor total R\$ 8.540,00 ([0721782](#)).

**h) Recursos:** Não houve intenção de recurso.

**12.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

**13.** É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0721967](#)).

**14. Destarte,** evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Pois bem, os itens 1, 3, 6, 7, 14, 20, 29, 31, 33, 34, 39 e 40, restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

**16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

**17.** De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93,** que trata de licitações desertas.

**18.** Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal,** que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas,** nesse caso, todas as **condições preestabelecidas.**

**19.** O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta,** na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

**20.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra Direito Administrativo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasileiro, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**21.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**22.** Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**23.** Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**24.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

### **III - DA CONCLUSÃO**

**25. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0721971**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados, como também pela formação de cadastro reserva no sistema COMPRASNET, se houver a adesão necessária..

**26.** Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

**27.** Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 09/08/2021, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0724096** e o código CRC **B4A52474**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0001161-51.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001161-51.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (SEALM)

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 9/2021 - Formação de Registro de Preços – Aquisição de material de consumo – Higiene, Limpeza e produtos químicos.

**DESPACHO Nº 1024 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almocharifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de higiene, limpeza e produtos químicos**, por via Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e quantidades descritas no item 2 do **Termo de Referência n. 2/2021** ([0682072](#)), a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almocharifado - SEALM deste TRE/RO, no exercício de 2021 e parte do exercício de 2022 ([0672041](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 9/2021 ([0711000](#)).

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0716807](#)), a Ata do Certame ([0721967](#)), termo de adjudicação ([0721971](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0722949](#)). Por fim juntou o Relatório nº 20/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0722952](#)), expondo as principais ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0722957](#)).

Não houve quaisquer pedidos de esclarecimentos, impugnação ao edital ou intenção de recurso no curso do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: ([0721791](#)) MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, CNPJ 12.811.487/0001-71 - itens 8, 12, 15, 16, 18, 23 e 37, valor total R\$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

30.308,80 ([0721791](#)); ECOLIM EIRELI, CNPJ 17.221.558/0001-08 itens 2, 9, 28, 30, 32, 35, 36, 38, 41 e 42, valor total R\$ 75.450,40 ([0721785](#)); STOP LAB DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 21.352.262/0001-95 - item 4, valor total R\$ 5.000,00 ([0721793](#)); NICKVALLE COMERCIO DE PAPEIS EIRELI, CNPJ 22.366.329/0001-03 - itens 25, 26 e 27, valor total R\$ 65.260,00([0721792](#)); LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA, CNPJ 26.950.671/0001-07 - itens 13, 43 e 44, valor total R\$ 21.185,60 ([0721787](#)); BIDDEN COMERCIAL LTDA, CNPJ 36.181.473/0001-80 - itens 10 e 19, valor total R\$ 7.410,40 ([0721780](#)); M N ANDRADE FILHO LTDA, CNPJ 37.297.457/0001-10 - itens 5, 11, 21 e 22, valor total R\$ 61.908,40 ([0721789](#)) e, DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 40.223.106/0001-79 - itens 17 e 24, valor total R\$ 8.540,00 ([0721782](#)). Os itens 1, 3, 6, 7, 14, 20, 29, 31, 33, 34, 39 e 40 restaram fracassados. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total adjudicado R\$ 275.063,60.

Mediante o Parecer Jurídico nº 110/2021 ([0724096](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0721971](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressalta que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0721967](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ELETRÔNICO TRE-RO n. 9/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0721971](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens fracassados 1, 3, 6, 7, 14, 20, 29, 31, 33, 34, 39 e 40, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame** ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 110/2021.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 09/08/2021, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0724277** e o código CRC **7061C34B**.